

# **A reinvenção da sociologia da modernização:**

## **Florestan Fernandes e Gino Germani**

(Resultado de pesquisa finalizada)

Grupo de Trabalho nº 17  
Pensamento latino-americano e teoria social

Antonio Brasil Jr.  
(Universidade Federal Fluminense)

### **Resumo:**

Neste trabalho, analisaremos como Florestan Fernandes e Gino Germani, ao traduzirem a sociologia da modernização norte-americana às especificidades das sociedades brasileira e argentina, respectivamente, conseguiram realizar sínteses teóricas criativas. A fim de divisar este potencial teórico, contrastaremos as formulações desses dois autores com os argumentos de Talcott Parsons, figura fundamental na sistematização da sociologia da modernização. Entendendo o processo de tradução como um fenômeno intelectual dinâmico, recuperamos os principais textos de Fernandes, Germani e Parsons dos anos de 1960-1970, período decisivo no qual foram ganhando clareza os *deslocamentos recíprocos* entre as suas teorizações.

**Palavras-chave:** Florestan Fernandes; Gino Germani; Talcott Parsons.

De acordo com as narrativas canônicas da história da sociologia, o período que se inicia em 1950 e que se estende até meados dos anos de 1970 poderia ser visto como a história da emergência, consolidação, crítica e dissolução do “consenso ortodoxo” organizado em torno do “estrutural-funcionalismo”, em suas inúmeras variações (Giddens, 2003). Processo que seria acompanhado, em termos geográficos, pelo deslocamento do centro dinâmico da disciplina da Europa para os Estados Unidos (Hughes, 1975), onde figuras como Talcott Parsons, Robert K. Merton, Paul Lazarsfeld, entre outros, constituiriam suas novas lideranças intelectuais (Steinmetz, 2007a).

No entanto, contemporaneamente esta imagem vem sendo amplamente reelaborada, seja pela enorme simplificação que ela realiza da própria sociologia norte-americana daquele período (Calhoun e VanAntwerpen, 2007), seja pelo espaço exíguo que ela confere a produções situadas no amplo espectro das sociologias periféricas (Connell, 2006). Cabe lembrar que foi justamente neste período que, graças a iniciativas locais e internacionais – sobretudo através da atuação da UNESCO –, vários países conseguiram consolidar institucionalmente seus centros de produção sociológica (Maio, 1997). No caso da América Latina, por exemplo, cidades como São Paulo, Rio de Janeiro, Buenos Aires, Santiago de Chile e Cidade do México conheceram uma importante e diversificada atividade neste campo, como têm demonstrado os recentes trabalhos dedicados à sociologia latino-americana (Blanco, 2007; Trindade, 2007). Além disso, encontra-se em curso uma série de tentativas de “descentramento” da teoria sociológica, cujo objetivo é dar visibilidade a uma cartografia ampliada da disciplina, para além do eixo Europa-Estados Unidos (Maia, 2012).

Para que esta ampliação do quadro da sociologia seja feita de forma consistente, devemos estar atentos não só à diversidade de sociologias existentes, mas fundamentalmente às assimetrias que determinam a circulação de certos produtos – e não outros – no interior do conjunto por ela formado. Há posições centrais e periféricas que encaminham o fluxo de teorias, métodos e conceitos numa via quase de mão-única, cujos efeitos seria ocioso desconhecer (Beigel, 2010). Assim, a fim de se destacar uma possível relevância teórica da produção sociológica feita em paragens periféricas, torna-se

incontornável apanhar os modos de “tradução” da matriz teórica dominante ao novo contexto social, bem como os *deslocamentos* que a própria tradução necessariamente implica. Afinal, dadas as linhas de força que conformam a disciplina, constitui tarefa inescapável ao sociólogo situado na periferia realizar um ajuste de contas crítico com a principal teorização de seu tempo.<sup>1</sup>

Neste artigo, trataremos, em linhas breves e esquemáticas, do processo de tradução realizado por Florestan Fernandes e Gino Germani da sociologia norte-americana, especialmente da chamada sociologia da modernização (Gilman, 2003). Nossa hipótese mais geral é que estes dois sociólogos, à testa dos dois principais centros de produção sociológica no Brasil e na Argentina, respectivamente, fizeram uma tradução bem-sucedida desta matriz teórica, que conheceu ampla difusão na virada dos anos de 1950-1960. Grosso modo, a sociologia da modernização tinha como pressuposto básico que o processo de expansão da sociedade moderna geraria sempre os mesmos efeitos sociais, ainda que a ritmos distintos, independentemente das trajetórias e das contingências históricas dos casos analisados. Ou, como certa vez assinalou Reinhard Bendix (1967), como se a sociedade moderna fosse definida por um conjunto de variáveis sistêmicas interligadas e prontamente generalizáveis.

Percorrendo os principais textos de Fernandes e de Germani das décadas de 1960 e 1970, buscaremos demonstrar como, ao longo de um percurso de acumulação intelectual – fruto do contato intenso e paciente de ambos com as especificidades das sociedades brasileira e argentina –, os dois autores foram colocando em *tensão* as principais premissas da sociologia da modernização, sobretudo o pouco espaço que ela conferia à dimensão histórica da explicação sociológica. Noutras palavras, tanto Fernandes quanto Germani, ao traduzirem a sociologia da modernização, foram gerando, cada um a seu modo, produtos diferentes e dotados de certa criatividade teórica, cujo poder de interpelação nos interessa analisar. Com o intuito de assinalar este aspecto criativo das formulações de Fernandes e Germani, tomamos como instância de controle os textos de Talcott Parsons, tendo em vista a sua centralidade na sociologia norte-americana – e, por extensão, no conjunto da disciplina – do período. Embora Parsons não tenha sido propriamente um praticante da sociologia da modernização, sua atuação foi fundamental, tanto institucional quanto intelectualmente, para a sistematização desta vertente teórica (Brasil Jr., 2011, pp. 69-77). Daí que a comparação que ensaiamos aqui não se esgota numa díade: o contraste entre os textos de Fernandes e de Germani girará em torno da matriz teórica que ambos tiveram que traduzir – metonimizada, neste artigo, na produção parsoniana. A partir deste procedimento, poderemos enxergar como foram se conformando diferentes *deslocamentos teóricos* em relação à sociologia da modernização, já que os resultados a que chegaram os dois autores não são de modo algum intercambiáveis.

### **Linhas retas ou labirintos?**

Reconstruiremos brevemente os principais constructos teóricos desenvolvidos por Parsons, Fernandes e Germani a partir de fins da década de 1960, quando o *deslocamento recíproco* entre as teorizações feitas no centro e nas periferias ganha clareza, sistematicidade e generalidade. Nos livros *The system of modern societies* [1971] e *American society* [2007], de Parsons, *Sociedade de classes e subdesenvolvimento* [1968] e *A revolução burguesa no Brasil* [1975], de Fernandes, e *La sociología de la modernización* [1969] e *Authoritarianism, fascism and national populism* [1978], de Germani, os

<sup>1</sup> Apesar deste artigo se referir à somente produção sociológica, esta relação problemática entre vida cultural e experiência periférica se espalha virtualmente para todos os campos da cultura.

<sup>2</sup> A noção de tipo extremo, desenvolvida por Florestan Fernandes em *Fundamentos empíricos da explicação sociológica* [1959] na esteira de sua reconstrução das formulações de Marx, tem a seguinte definição: “Por seu caráter mesmo, é claro que as generalizações [...] valem, empiricamente, para o sistema social que realiza o *tipo extremo*. Mas, como são generalizações relativas a caracteres essenciais de fenômenos variáveis, [...] se aplicam aos demais sistemas que possam tender para o padrão inerente ao tipo extremo, encarnado pelo sistema social investigado” (Fernandes, 1967, pp. 134-135, grifo no original).

<sup>3</sup> Um exemplo claro deste acionamento explicativo dos “acidentes históricos” podemos ver no seguinte trecho, em que o

três autores procuram articular teoricamente as especificidades de suas próprias sociedades com a expansão mundial do tipo moderno de sociedade. Dito de outro modo, nestes livros os autores teorizaram sobre a marcha do moderno *em geral*, e não somente sobre os Estados Unidos, Brasil e Argentina, ainda que as referências a estas sociedades tenham sido intensamente mobilizadas pelos três. Ora, se Parsons já ensaiava algo nesse sentido há algum tempo, Fernandes e Germani apenas conseguem dar este passo com alguma consistência na segunda metade da década de 1960, o que não é de somenos. Afinal, captar teoricamente o dinamismo da sociedade moderna como um todo *a partir de posições periféricas*, extravazando a análise para além de seu contexto sócio-histórico imediato, é produto ainda escasso na teoria sociológica.

Em primeiro lugar, vejamos de que maneira Talcott Parsons articulou as especificidades de sua sociedade de referência, os Estados Unidos, ao movimento mais geral da sociedade moderna. No artigo “Comparative studies and evolutionary change” [1970], o autor afirma que o entendimento do peculiar dinamismo societário dos Estados Unidos seria inviável sem uma “perspectiva comparada e evolucionária” (Parsons, 1971, p. 139). Nesse sentido, em vez de analisar a sociedade norte-americana de maneira isolada, seria mais profícuo entender suas *especificidades* à luz do sistema das sociedades modernas, isto é, no interior do conjunto mais amplo de experiências modernas – que, cada vez mais, englobavam quase todas as formas sociais existentes. Por esta razão, o uso do plural para designar o sistema *das sociedades modernas* não seria casual:

O uso da forma plural da palavra sociedade do título [*The system of modern societies*] é deliberado e possui importância central. É claro que podemos nos referir, com sentido, à sociedade moderna como um tipo, mas não acho que possa ser útil aos sociólogos tratar a União Soviética, a Grã-Bretanha, os países escandinavos e os Estados Unidos – para citar alguns dos mais importantes – como constituindo *uma* sociedade. Mas, se há muitas, isto não implica que suas diferenças sigam um padrão de variação aleatória, explicada em cada caso por “histórias” singulares (*Idem*, p. 108, grifo no original).

A peculiar junção de singular – *o sistema* – e plural – *das sociedades modernas* – no título do livro de Parsons revela bastante de sua orientação mais geral: captar o máximo de variação possível nas estruturas das sociedades modernas existentes, mas sem dissolver a ideia de que elas, em conjunto, conformariam um único tipo. Disso decorre a sua compreensão de que estas variações não seriam o resultado de simples histórias singulares, mas conformadas pela própria diferenciação sistêmica ao longo de todo o sistema em escala mundial. De acordo com o autor, as diferenças fundamentais entre as sociedades modernas “parecia[m] se encaixar perfeitamente num padrão de quatro funções” (*Idem*, p. 108), ou seja, não só no interior de cada sociedade mas também no sistema das sociedades modernas assistiríamos às grandes linhas de diferenciação sistêmica indicadas pelo esquema AGIL. É como se cada sociedade moderna importante tivesse se especializado na diferenciação máxima de um subsistema, contribuindo para o aumento da complexidade geral do sistema intersocietário moderno. Para ficarmos nos exemplos do autor: os Estados Unidos dariam mais peso à função adaptativa (A) – sistema econômico –; a União Soviética, à função *goal-attainment* (G) – sistema político –; a Inglaterra, à função integrativa (I) – comunidade societária –; e a França e a Alemanha, à função *latent pattern-maintenance* (L) – sistema cultural (*Idem*, pp. 108-109). Encaixando as especificidades nacionais sempre nalgum nicho funcional determinando, é assim que o autor explica o poderio econômico norte-americano diante da burocratização da sociedade soviética, ou o desenvolvimento de direitos sociais na Inglaterra em contraposição à pujança da produção cultural francesa e alemã.

Retomando o argumento mais geral formulado em “Evolutionary universals in society” [1964], Parsons considera que o desenvolvimento do sistema das sociedades modernas seria resultado de um processo de longa duração, dramatizado no terreno histórico por três revoluções, que expressariam as contínuas diferenciações sistêmicas. As duas primeiras revoluções – a industrial e a democrática, ocorridas na Europa Ocidental (na Inglaterra e na França, respectivamente) – teriam diferenciado, por

um lado, o sistema econômico (A) do sistema político (G) e, por outro, estes dois subsistemas da comunidade societária (I). Embora, para Parsons, a sociedade norte-americana não tenha protagonizado nenhuma destas duas revoluções, ele afirma que, já “na época da visita de Tocqueville”, teria se realizado ali “uma síntese da revolução francesa e da inglesa” e, mais ainda, que “os Estados Unidos tinham constituído uma sociedade tão democrática quanto todos [...] tinham desejado”. Não por acaso o autor diz que esta sociedade passaria a desempenhar, a partir de então, “um papel [...] comparável ao da Inglaterra no século XVII” (Parsons, 1974, p. 108). Se a Europa ainda se via às voltas com o seu passado de distinções estamentais e clivagens classistas muito rígidas, a sociedade norte-americana já teria superado esses problemas desde o início de sua formação (*Idem*, pp. 111-112).

Passando a ocupar, assim, a vanguarda do sistema da sociedade moderna, caberia agora aos Estados Unidos liderar a terceira revolução, qual seja, a revolução educacional. Para Parsons, com a expansão em larga escala do ensino superior em meados do século XX, assistiríamos à diferenciação final entre o sistema cultural (L) e a comunidade societária (I), isto é, à institucionalização de um complexo cognitivo no sistema social, com os seus concomitantes efeitos na secularização da cultura e no padrão de integração social (Parsons e Platt, 1973). Além de representar o fim da linha de um longo processo de constituição de uma “comunidade societária que não se baseia diretamente na religião” (Parsons, 1974, p. 124), a revolução educacional *radicalizaria* o caráter democrático da sociedade moderna. Isto ocorreria porque, com a universalização do acesso ao ensino, as principais formas de estratificação social estariam associadas a imperativos unicamente funcionais, e não mais a critérios particularistas:

O foco da nova fase é a revolução educacional que, em certo sentido, sintetiza os temas da revolução industrial e da democrática: igualdade de oportunidade e igualdade de cidadania. Já não se supõe a capacidade inata do indivíduo [...]. Ao contrário, reconhece-se que a estratificação por capacidade é mediada por uma complexa série de [estágios] no processo de socialização. Cada vez mais, existem oportunidades para que os relativamente desfavorecidos consigam vencer [nos processos de] seleção, [rigidamente regulamentados] por normas universalistas (*Idem*, p. 119).

Em suma, na narrativa histórica parsoniana, a posição de vanguarda ocupada pela sociedade norte-americana no sistema intersocietário moderno seria muito mais consequência de seu avanço inaudito no sentido de diferenciar uma comunidade societária amparada em critérios universalistas que do seu poderoso complexo industrial-militar, explicação que ele considera reducionista e equivocada (*Idem*, p. 141). Esta *especificidade histórica*, no entanto, até mesmo pela posição de liderança dos Estados Unidos, seria naturalizada por Parsons em seu esquema cibernético-evolucionário, já que nela estaria contido o próprio *sentido geral* da mudança. Tendo em vista a posição ocupada pelo sistema de *pattern-maintenance* (ou sistema cultural) na escala cibernética, os valores democráticos institucionalizados na comunidade societária norte-americana seriam capazes de se difundir por todo o sistema das sociedades modernas, *pressionando* por transformações análogas, mesmo que a longuíssimo prazo, em todas as sociedades localizadas no interior do sistema:

[...] os valores sempre potencialmente [...] transcendem *qualquer* comunidade específica. [...] As forças e os processos que transformaram a comunidade societária dos Estados Unidos e prometem continuar a transformá-la não são peculiares a esta sociedade, mas penetram todo o sistema moderno – e modernizante. [...] Desse ponto de vista, a institucionalização *intersocietária* de um novo sistema de valores [...] se torna decisiva (*Idem*, p. 147, grifos no original).

Uma solução teórica deste tipo, como veremos a seguir, não emergiu dos textos de Florestan Fernandes e de Gino Germani. Ainda que salientando a posição específica dos Estados Unidos no interior do sistema das sociedades modernas, Parsons não considerou as *contingências históricas* dessa experiência social como uma componente explicativa fundamental de sua análise sociológica. Transferindo, grosso modo, a conexão diferenciação-inclusão para o contexto de uma sociedade moderna de escopo mundial, é como se Parsons reduzisse o complexíssimo processo de conformação

histórica da civilização ocidental à dinâmica social encapsulada no seu esquema AGIL, aplainando todas as arestas históricas encontradas pelo caminho. Esta robusta ordenação formal – alguns diriam formalista – do processo social teria que ceder espaço, nos textos de Fernandes e de Germani, a constructos de menor vigor ordenador, capazes de captar as asperezas de uma matéria social periférica arredia a conceituações demasiado ordeiras.

Começemos com a noção de capitalismo dependente, de Fernandes. Se Parsons fez grande esforço para, a despeito de reconhecer a existência de enormes variações estruturais, considerar as sociedades modernas como um único tipo, o autor de *A revolução burguesa no Brasil* [1975], logo de saída, assinala a existência de dois subtipos fundamentais: a sociedade de classes conformada pelo capitalismo autônomo e a sociedade de classes conformada pelo capitalismo dependente. Não que estes dois subtipos fossem essencialmente distintos. O próprio autor ressalva que “o regime de classes é o mesmo”, não invalidando “conceitos, métodos e teorias acumulados previamente”. Contudo, a fim de se analisar sociologicamente o dinamismo do capitalismo dependente, teríamos que proceder, segundo Fernandes, a uma “verdadeira rotação ótica” (Fernandes, 1979, p. 25), sobretudo no que tange à utilização da noção de sistema. Esta noção, tal como empregada recorrentemente na teoria sociológica, somente apresentaria eficácia explicativa para os casos de capitalismo autônomo:

Ao estudar o regime de classes em sociedades nacionais dotadas, ao mesmo tempo, de desenvolvimento capitalista autônomo e de posição hegemônica nas relações capitalistas internacionais, os cientistas sociais puderam operar [...] com uma homogeneização máxima dos fatores [...] da diferenciação social; puderam concentrar a [...] análise [...] em casos extremos, considerados como *sistema* de uma perspectiva nacional, como se a economia, a sociedade e a cultura, sob o capitalismo, se determinassem apenas a partir de um núcleo interno em expansão; supuseram que os fatores causais e funcionais da transformação capitalista [...] atuam a partir de dentro [...] e variam, sempre, de um ponto de menor complexidade para outro de maior complexidade quanto ao grau de diferenciação [...] (*Idem, ibidem*, grifo nosso).

Embora seja verdade que Parsons tenha procurado dar conta de certo dinamismo intersocietário com a noção de sistema das sociedades modernas, o problema colocado por Fernandes parece caber inteiramente ao sociólogo norte-americano. Não que Fernandes rejeite a validade de uma perspectiva sistêmica. Ela apenas não conseguiria captar as conexões fundamentais do capitalismo dependente ao abstrair, do campo de observação, a heterogeneidade de processos sociais que lhe imprimiriam sentido, especialmente a dupla articulação de elementos internos e externos à sociedade, por um lado, e de elementos arcaicos e modernos, por outro (Fernandes, 2006, p. 293). Assim, continua o autor, na periferia do capitalismo, os sociólogos teriam que operar com uma “heterogeneização máxima dos fatores propriamente estruturais de diferenciação social”, haja vista “[a] natureza e [a] variedade de forças que intervêm, concretamente, na configuração [...] do regime de classes das nações capitalistas heteronômicas”. Estas forças seriam basicamente três: (a) “procedentes das sociedades hegemônicas externas”, (b) “provenientes de tendências dominantes na evolução das estruturas internacionais de poder” e (c) forças “que nascem a partir de dentro, das próprias sociedades de classes dependentes” (Fernandes, 1979, p. 26). Como corolário desta rotação ótica proposta por Fernandes, é como se os sociólogos perdessem “parte de seu arbítrio na abstração do *caso nacional* do amplo conjunto de forças, que operam simultaneamente e com potencialidades [...] ao mesmo tempo tão variadas e contraditórias” (*Idem*, p. 27, grifo no original). Noutros termos, o autor avançou a ideia de que só seria possível entender as complicações do capitalismo dependente, de sua marcha histórica não linear, caso se empregasse certa perspectiva de totalidade.

A fim de se analisar este processo de mudança determinado por forças sociais tão contraditórias – por um lado, forças internas e externas pressionando pela expansão da sociedade de classes e da ordem social competitiva, por outro, forças internas e externas reforçando o legado do antigo regime e as orientações estamentais a ele ligadas (*Idem*, pp. 39-40) –, Fernandes indica a necessidade de se

*adensar historicamente* a teorização. Não podendo subsumir o sentido geral do processo ao ritmo progressivo de um dinamismo interno em crescente diferenciação – como em Parsons –, o autor mobiliza intensamente a matéria histórica brasileira como expediente *explicativo*, retendo a atenção em seus momentos cruciais. Momentos cuja reconstrução, iniciada em *A integração do negro na sociedade de classes* [1964] – quando aponta para o esvaziamento do movimento abolicionista e para o sentido excludente da expansão da sociedade de classes no Brasil –, ganha enorme amplitude em *A revolução burguesa no Brasil* [1975], livro no qual Fernandes percorre o extenso período que se inicia no processo de independência até chegar aos efeitos do golpe militar de 1964. Mas esta atenção cerrada às especificidades da sociedade brasileira significa que Fernandes não teria procurado fazer generalizações teóricas para além dela? A resposta a esta pergunta, negativa, passa por seu argumento de que a sociedade de classes no Brasil seria uma espécie de tipo extremo do capitalismo dependente.<sup>2</sup>

Isto ocorreria não devido à maior consistência da experiência moderna no Brasil em face de outros países periféricos, mas à máxima heterogeneidade dos elementos constituintes de sua estrutura social. Ou, noutras palavras, porque, segundo o autor, na sociedade brasileira estariam presentes “tanto os aspectos mais arcaicos quanto os aspectos mais modernos da estratificação social condicionada pelo capitalismo dependente” (Fernandes, 1975, p. 50), ou ainda, noutra notação, porque aí “*a dependência é mais profunda e diferenciada e o subdesenvolvimento é mais desenvolvido*” (Fernandes, 1981, p. 115, grifo no original). Embora não seja o caso de reconstituirmos o modo pelo qual Fernandes analisa a trajetória histórica da sociedade de classes no Brasil, três pontos de sua argumentação são fundamentais. De modo esquemático, eles se referem: (a) aos efeitos limitadores do padrão de desenvolvimento duplamente articulado – no qual grande parte do excedente econômico não é retido internamente, mas succionado para fora –, concorrendo para que se “mantenham, indefinidamente, estruturas socioeconômicas e políticas arcaicas ou semiarcaicas” (Fernandes, 2006, p. 356); (b) à *deformação estrutural* da ordem social competitiva gerada por este tipo de sociedade de classes que, além de não se universalizar, agravaria a concentração da renda, do poder e do prestígio social – a “eficácia da competição e do conflito na coordenação das relações de classe” se fechariam na pequena órbita das “classes médias e altas” (Fernandes, 1979, p. 37) –; (c) sintetizando esses dois pontos, ao *estilo autocrático* de revolução burguesa. Sobre isto especificamente, escreve Fernandes:

Aí, a Revolução Burguesa combina – nem poderia deixar de fazê-lo – transformação capitalista e dominação burguesa. Todavia, essa combinação se processa em condições econômicas e histórico-sociais específicas, que excluem qualquer probabilidade de repetição da história ou de desencadeamento automático dos pré-requisitos do [...] modelo democrático-burguês. Ao revés, o que se concretiza, embora com intensidade variável, é uma forte dissociação *pragmática* entre desenvolvimento capitalista e democracia; ou, usando-se uma notação sociológica positiva: uma forte associação *racional* entre desenvolvimento capitalista e autocracia (2006, p. 340, grifos no original).

Lembrando que autocracia não se confunde – embora se associe em várias ocasiões – com autoritarismo, mas significa uma orientação privatista em relação ao poder (Cohn, 2001), a sociedade brasileira seria um tipo extremo do capitalismo dependente porque, nela, a dissociação *estrutural* entre sociedade de classes e democracia apresentaria clareza *máxima*, sobretudo após o golpe de 1964. Depois de esmiuçar estas especificidades históricas, Fernandes mostra que este padrão de desenvolvimento que é capaz, por um lado, de expandir de maneira considerável os dinamismos típicos de uma sociedade de classes, mas sem, por outro, expurgar o legado histórico do antigo regime e

<sup>2</sup> A noção de tipo extremo, desenvolvida por Florestan Fernandes em *Fundamentos empíricos da explicação sociológica* [1959] na esteira de sua reconstrução das formulações de Marx, tem a seguinte definição: “Por seu caráter mesmo, é claro que as generalizações [...] valem, empiricamente, para o sistema social que realiza o *tipo extremo*. Mas, como são generalizações relativas a caracteres essenciais de fenômenos variáveis, [...] se aplicam aos demais sistemas que possam tender para o padrão inerente ao tipo extremo, encarnado pelo sistema social investigado” (Fernandes, 1967, pp. 134-135, grifo no original).

universalizar uma ordem social competitiva – a conexão diferenciação-inclusão ficaria confinada a um “circuito fechado”, sem se generalizar por todo o sistema social – teria grande significação teórica para a sociologia. O “presente do Brasil”, arremata o autor, “contém o futuro de outros países, que pertençam à periferia do capitalismo mundial e não possam encaminhar-se diretamente ao socialismo” (Fernandes, 2006, p. 259). Em suma, é como se, a partir das complicações históricas da sociedade brasileira, tratadas com grande minúcia ao longo de *A revolução burguesa no Brasil* [1975], pudéssemos ganhar perspectiva analítica sobre o movimento de expansão da sociedade de classes como um todo (Bastos, 2002).

Se, como vimos, Florestan Fernandes propõe que não se poderia analisar os dinamismos da sociedade de classes como se ela gerasse sempre os mesmos efeitos independentemente do tempo, do espaço e das trajetórias históricas – propondo, neste sentido, *quebrar em dois o tipo* (capitalismo autônomo e capitalismo dependente) –, Gino Germani, por sua vez, dissolve quase completamente a ideia de que poderíamos tomar certos casos concretos de modernização como típicos ou generalizáveis. Isto não quer dizer, é claro, que o autor não tenha se dedicado a teorizar, em chave mais abstrata, sobre os processos de mudança. Contudo, sua proposição mais geral a este respeito – sobre o caráter inextricavelmente assincrônico dos processos de modernização – coloca em primeiro plano justamente a importância *explicativa* das contingências históricas. Senão, vejamos:

Nossa primeira generalização é que a modernização ou o desenvolvimento não é balanceado. A mudança é assincrônica: os vários componentes da estrutura sociocultural não iniciam a sua transformação simultaneamente, não caminham à mesma velocidade e tampouco os vários processos seguem sequências idênticas. A transição total, fruto da aceleração ou desaceleração destes processos ou subprocessos, ou de retardamentos ou antecipações peculiares na sua sequência, é um fator altamente determinante na modernização. [...] Em razão das consequências do assincronismo [...], é muito difícil formular uma sequência universalmente válida de etapas (Germani, 1981, p. 18).

Embora, neste trecho, o autor *radicalize* a ideia de que, dados os aspectos específicos e contingentes de todo processo de mudança, não haveria sequências universalmente válidas, ele busca alguns elementos mais genéricos capazes de apoiar sua teorização. Por um lado, Germani não descarta inteiramente certo repertório cognitivo da sociologia da modernização, já que acredita que o uso de correlações estatísticas para a fabricação de índices de modernidade poderia favorecer procedimentos comparativos (Germani, 1969, pp. 26-27). Por outro, ele se propõe a construir uma série de tipologias de transição capaz de agrupar algumas experiências afins e significativas de modernização. Na versão norte-americana de *La sociología de la modernización* [1969] [*The sociology of modernization* (1981)], ele chega a identificar oito tipos ou subtipos de padrões de modernização, dentre os quais se incluiria a América Latina, tratada por Germani (1981, pp. 37-47) em perspectiva de conjunto. A este respeito, a referência fundamental do autor é o texto “Las etapas del proceso de modernización en América Latina” [1969].

Apesar de o termo “etapas” sugerir um processo linear de mudança, ao fazermos um corpo-a-corpo com o argumento de Germani vemos que não é bem o caso. Antes, são aspectos *contingentes* que sobem à tona. Definindo as principais etapas a partir de marcadores externos às sociedades latino-americanas – etapa I, “descobrimento”; etapa II, “revoluções francesa e norte-americana”; etapa III, “impacto da revolução industrial” e da “emigração europeia em massa”; etapa IV, “grande depressão e segunda guerra mundial” (Germani, 1969, pp. 51-58) –, ele mostra, por exemplo, que se a simultaneidade destes impactos externos servia como suporte para a comparação entre os países, por um lado, estas mesmas forças, ao se combinarem com fatores endógenos específicos, teriam como “efeito habitual *acentuar [as] descontinuidades internas*, isto é, a assincronia entre áreas, instituições, pautas de atitudes e comportamentos” (*Idem*, p. 37, grifos no original). Além disso, o autor é enfático ao afirmar que não opera com “um modelo puramente determinista de transição”: os *sentidos* da passagem de uma etapa para outra seriam cronicamente dependentes da atuação de “indivíduos e

grupos em posições-chave” (*Idem*, p. 28), o que poderia levar tanto à “interrupção da modernização” quanto ao “progresso em direção a graus de modernização social ou política mais elevados” (*Idem*, p. 29). Pouco se detendo sobre as duas primeiras etapas de modernização na América Latina, Germani concentra o melhor de sua atenção na passagem da etapa III à etapa IV, dramatizada, historicamente, pela passagem do modelo agroexportador à economia urbano-industrial na região. Ainda que não seja o caso de reconstruirmos todo o argumento do autor a este respeito, algumas considerações são necessárias.

É digno de nota que, a fim de captar o caráter não linear da mudança, Germani tenha lançado mão sistematicamente do seguinte par conceitual: efeitos modernizadores-mecanismos estabilizadores. Mediante esses termos, seria possível explicar por que certos atores ou estruturas sociais responsáveis por um maior avanço na modernização durante a terceira etapa poderiam atuar como mecanismos de estabilização do processo na quarta etapa. O caso mais conspícuo, segundo o autor, seria o das classes médias: apesar de sua orientação progressista no sentido de ampliar os canais democráticos num primeiro momento, com a explosão da migração rural-urbana (consequência da própria industrialização) ela acabaria muitas vezes combatendo a extensão da participação política aos grupos recém-mobilizados. Noutras palavras, “as classes médias, ou parte delas, deixaram de ser fatores de mudança para a modernização e se converteram em fatores de estabilização” (*Idem*, p. 40). Mas a complexidade do quadro não se detém aí. A conexão entre fatores internos e externos às sociedades latino-americanas também poderia provocar antes o estancamento do que a continuidade da modernização:

Também intervieram outros fatores, exógenos e endógenos, que complicaram de modo singular a situação, adicionando novas rigidezes e levando em muitos casos ao estancamento ou à regressão no desenvolvimento econômico e na modernização política. Entre tais fatores devemos mencionar: (a) os resíduos sobreviventes, mas ainda ativos, das antigas estruturas de poder [...]; (b) as limitações das burguesias nacionais para exercer uma ação coerente e eficaz em favor do desenvolvimento econômico; (c) a persistência do intervencionismo militar. [...] [Entre] os fatores exógenos operantes em todos os aspectos, desde 1930, os mais importantes foram, sem dúvidas, as tensões criadas pela guerra fria e pelo poder hegemônico dos Estados Unidos. [...] É difícil colocar em dúvida que setores poderosos da sociedade norte-americana tenderam a reforçar as rigidezes mantidas por fatores internos, em oposição às forças favoráveis à introdução de reformas realmente significativas (*Idem*, p. 41).

Algum tempo depois, este esquema teórico ganharia aprofundamento e maior consistência teórica em *Authoritarianism, fascism and national populism* [1978], livro no qual Germani retoma a análise da sociedade argentina. Realizando uma exploração de longa duração de suas especificidades históricas – desde a independência até a crise do ciclo peronista dos anos de 1970 –, além de análises comparativas com sociedades europeias problemáticas, como Espanha e Itália, o autor leva às últimas consequências o princípio de que as contingências históricas deveriam ser acionadas como expediente *explicativo* da modernização. Ao definir, mais uma vez, o seu conceito de mudança social como não determinista, assinala:

No nível macro, a mudança pode ser concebida como um conjunto de processos [...] cuja convergência, num momento histórico definido, [...] *pode* produzir novas (parciais ou totais) formações socioculturais (uma ou mais instituições, grupos sociais, subsistemas inteiros ou um novo tipo de estrutura social global). [...] [A] combinação peculiar [destes] componentes é resultado [...] da natureza, ritmos e sequências de cada processo particular – e muito frequentemente também dos eventos traumáticos produzidos por súbita aceleração e/ou desaceleração destes processos ou por causas acidentais. (*Acidentais* são os eventos ou processos que não podem ser explicados somente com base nos fatores e nas variáveis considerados na análise) (*Idem*, pp. IX-X, grifos no original).



Além de não determinista, o esquema teórico de Germani acaba multiplicando os fatores – desde causas *macroestruturais* até eventos *acidentais* – e os níveis de análise – de curto, médio e longo alcance (*Idem*, p. 5) –, todos igualmente relevantes para o entendimento do sentido dos processos de modernização. E, efetivamente, no andamento do livro, sua análise da sequência histórica radicalismo-peronismo ganha vários refinamentos, conjugando dados estruturais e conjunturais específicos – estes últimos vão ao extremo do detalhe histórico<sup>3</sup> – na explicação do caráter mais disruptivo, em termos políticos, do segundo em relação ao primeiro.

A despeito desta visada atenta aos aspectos mais contingentes do processo social – em máximo contraste, portanto, com grande angular usada por Parsons –, Germani não deixa de salientar a existência de tendências mais gerais a *todas* as sociedades modernas. Em *Authoritarianism, fascism and national populism* [1978], retomando certas proposições com que vinha trabalhando desde a década de 1940, o autor ressalta como o processo de secularização, que constitui o dinamismo típico da sociedade moderna, nem sempre se conectaria a um padrão democrático de integração social. Entendendo secularização como a extensão de um tipo de ação eletiva – isto é, amparada no princípio da escolha – a todas as esferas sociais, incluída aí a esfera dos valores, Germani chama a atenção para a existência de uma “tensão estrutural inerente a todas as sociedades modernas”: a tensão “entre secularização crescente e a necessidade de se manter um núcleo central prescritivo suficiente para a integração” (*Idem*, p. 7). Dito de outro modo, a secularização, por sua própria lógica expansiva, poderia pôr em questão o próprio núcleo normativo moderno, baseado historicamente nos ideais de igualdade, liberdade e autonomia. Nos termos do autor:

Mesmo este núcleo central, no entanto, pode ser mudado; neste caso, devem existir mecanismos capazes de realizar tais mudanças sem levar à destruição da própria sociedade. Desta condição básica emerge um fator potencial (no nível de máxima generalidade) para o surgimento do autoritarismo no sentido moderno. [...] Soluções autoritárias são possíveis – e, em certas condições, prováveis – em qualquer crise gerada pelas tensões estruturais inerentes à sociedade moderna (*Idem*, pp. 7-8).

Mesmo que o autor localize a proposição quanto à compulsão autoritária da modernidade num nível de máxima generalidade – a *explicação* do fenômeno autoritário dependeria ainda de “condicionantes situados em níveis de médio e curto-alcance” (*Idem*, p. 8) –, a distância de sua teorização *vis-à-vis* a de Parsons, neste aspecto, é máxima. Ao contrário da tese exposta em *The system of modern societies* [1971], o sistema normativo, ou melhor, os valores modernos, não teriam nem estabilidade histórica, nem seriam capazes de funcionar como instância última de controle das mudanças. Para Germani, o risco sempre iminente de implosão do núcleo normativo moderno – dada a lógica expansiva da secularização – tornaria o autoritarismo uma síndrome intrínseca à modernidade. Neste registro sociológico, o “paradoxo argentino”, tal como discutido pelo autor na primeira metade da década de 1960 – uma sociedade altamente modernizada convivendo permanentemente com o espectro do fechamento político –, não seria simples exceção, mas uma possível exemplificação dos dinamismos inerentes à sociedade moderna.

## **Do assunto à forma**

Neste trabalho, procuramos mostrar em que medida a tradução de um produto intelectual – a sociologia da modernização – envolve operações complexas e resultados muitas vezes inesperados.

---

<sup>3</sup> Um exemplo claro deste acionamento explicativo dos “acidentes históricos” podemos ver no seguinte trecho, em que o autor discute as causas do fim do período “radical” (1916-1930): “Dados acidentais se agregaram posteriormente aos elementos referidos à estrutura econômica, social e política do país, e seu peso não deve ser subestimado. Estes fatores são: a idade do Presidente Irigoyen – o líder carismático que liderou o movimento por longo tempo –, a desordem administrativa da segunda presidência, atos politicamente arbitrários e a queda consequente da popularidade do regime, como demonstrado nas eleições legislativas de 1930” (Germani, 1978, p. 149).

Mesmo em autores explicitamente dedicados a uma teorização em registro estrutural-funcionalista, caso de Florestan Fernandes e de Gino Germani, o envolvimento intenso e paciente de ambos com as complicações da matéria social brasileira e argentina, respectivamente, foi *deslocando* de maneira cada vez mais nítida seus esquemas analíticos em relação aos pressupostos da matriz teórica “importada”. Daí a relevância, para a demonstração desta hipótese mais geral, da recuperação da produção de Talcott Parsons como caso de controle das comparações. A tradução, portanto, enquanto processo cumulativo – poderíamos remontá-la, grosso modo, desde as pesquisas empíricas realizadas pelos autores nos anos de 1940-1950 (Brasil Jr., 2010) –, não implica simples readequação do referencial teórico importado ao novo contexto socio-histórico. Ao contrário, sobretudo quando criativa e relativamente bem-sucedida, a tradução leva a modificações profundas na própria estruturação dos trabalhos. Ou, melhor dizendo, as especificidades históricas de suas sociedades deixam de ser simples *assunto* para se transformarem, nas sínteses teóricas de Fernandes e Germani que acabamos de discutir, em *forma* da teorização.

Esta passagem do *assunto* à *forma* significa que algo do ritmo social específico a estas sociedades passou a informar o princípio mais geral de intelecção do social construído pelos autores. De modo mais ou menos contraintuitivo, podemos afirmar que é justamente quando Fernandes e Germani procuraram explicitar a dinâmica do mundo moderno *em geral*, generalizando teoricamente para além de suas sociedades de referência, que podemos localizar melhor a maneira pela qual ambos internalizaram na *forma* as especificidades das sociedades brasileira e argentina.<sup>4</sup>

Por um lado, e em crescente contraste com as formulações de Parsons, tanto Fernandes quanto Germani foram abrindo espaço *explicativo* para as *contingências históricas* do processo de mudança social. Em vez de encaminharem a discussão em registro evolucionário – vimos que Parsons, apesar de incorporar a dinâmica histórica em suas formulações tardias, acabou retirando do campo de visão justamente as dimensões mais *contingentes* –, os dois autores foram sendo levados a compatibilizar o estrutural-funcionalismo com uma espécie de sociologia histórico-comparada. Quer dizer: tendo em vista os impasses das sociedades brasileira e argentina, Fernandes e Germani foram forçados a tirar consequências teóricas da constatação de que a expansão da sociedade moderna não geraria os mesmos efeitos sociais independentemente das trajetórias sociais *específicas* a cada sociedade. Por outro lado, e também em direção contrária a Parsons, ambos questionaram a ideia de que a sociedade moderna traria inscrita em seus dinamismos um padrão democrático de integração social. Chamando a atenção para certas especificidades de seu funcionamento na periferia, mostraram que o oposto seria muito mais provável.

Estas aproximações entre as soluções teóricas de Fernandes e Germani, bem como os seus distanciamentos recíprocos diante dos constructos de Parsons, não devem apagar, porém, suas diferenças. Afinal, podemos tomar a noção de capitalismo dependente e a discussão em torno do caráter assíncrono da modernização como intercambiáveis? Para responder a esta questão, basta compararmos o maior nível de generalização suportado pelo constructo de Fernandes *vis-à-vis* a *radicalização* da dimensão contingente nas formulações de Germani. Retomando rapidamente o problema, lembremos que, para o primeiro, a sociedade brasileira seria um caso estratégico para a análise do capitalismo dependente. Dada a sua heterogeneidade estrutural *máxima*, os atributos deste tipo de sociedade de classes nela “aparecem com maior intensidade, precocidade e luminosidade” (Fernandes, 1975, p. 49). Já para Germani, ainda que a sociedade argentina pudesse exemplificar a compulsão autoritária intrínseca à sociedade moderna, a *explicação* sociológica não poderia deixar de considerar os aspectos históricos mais específicos – como acelerações ou desacelerações abruptas de determinados processos de mudança por causas acidentais ou não – a fim de explicar o porquê de o autoritarismo se apresentar mais frequentemente em certos momentos e contextos sociais do que em outros.

---

<sup>4</sup> Embora nosso material não seja literatura, mas teoria sociológica, seguimos aqui as referências fundamentais de Antonio Candido (2000) quanto à qualificação do social como mais um elemento interno da composição textual.

Este contraste entre a maior força ordenadora da solução teórica de Fernandes ante o constructo de Germani pode apontar inclusive para certas conexões pouco óbvias entre teoria sociológica e processo social. Com certo risco de simplificação, podemos dizer que, longe de serem apenas preferências intelectuais, estas diferenças teóricas traduzem também diferenças básicas entre as sociedades brasileira e argentina. Mesmo que possamos reuni-las sobre a rubrica dos casos não clássicos de revolução burguesa, a dissociação entre desenvolvimento e democracia que é típica desses processos se coloca de maneira diferenciada num caso e no outro. No caso brasileiro, há muito mais nitidez quanto ao caráter *estruturalmente* excludente de seu padrão de mudança social, o que dá suporte à detecção de certa linha de continuidade histórica, a despeito da marcha zigzagueante imposta pelo capitalismo dependente. Nos argumentos de Fernandes, essa continuidade residiria no caráter autocrático da transformação capitalista. Já no caso argentino, a experiência intersubjetivamente compartilhada quanto ao caráter excepcional desta sociedade, que teria dado marcha-ré em seu processo de modernização (Kozel, 2007) – afinal, a certa altura de sua história, a Argentina parecia ter cumprido efetivamente a maioria das prerrogativas modernas – não daria guarida a generalizações deste tipo. Daí, no esquema teórico de Germani, a multiplicação das instâncias explicativas e a *radicalização* da dimensão contingente: dada a opacidade dessa experiência social – o paradoxo argentino –, a análise sociológica precisaria se agarrar a todas as asperezas da matéria social a fim de lhe captar o sentido.<sup>5</sup> Este contraste entre clareza e opacidade, com perdão do esquematismo, estaria na base dos procedimentos diversos de teorização empregados por Fernandes e Germani: o primeiro, usando as especificidades da sociedade brasileira para *potenciar* a generalização; o segundo, fazendo do exemplo argentino uma contraprova cabal dos *limites* de toda e qualquer generalização.

Não se trata, é claro, de opor certo formalismo de Fernandes ante a teorização mais atenta aos aspectos contingentes por parte de Germani. Vimos que, à contraluz do experimento teórico parsoniano, a análise de Fernandes abria grande espaço à dimensão histórica da explicação sociológica – sua discussão da noção de sistema é patente neste sentido. No fundo, as *formas* que se precipitaram ao longo do processo de acumulação teórica de Fernandes e Germani são *formas difíceis*, cujo poder de abstração – mais forte no primeiro que no segundo – jamais pôde descartar sem mais a natureza problemática da matéria social que visavam a ordenar.<sup>6</sup> O contraste com a *forma* do raciocínio sociológico de Parsons, que pôde se desdobrar numa poderosa visada formalista do processo social – uma espécie de *teleologia da forma*: a diferenciação progressiva ao longo do esquema AGIL apararia todas as arestas históricas encontradas pelo caminho (Domingues, 2001, p. 92) –, ajuda a iluminar esta problemática. Aliás, este confronto sistemático entre soluções teóricas feitas no centro e nas duas periferias não nos ajuda só a repensar as mediações entre teoria sociológica e processo social no caso das últimas, mas também no âmbito da primeira. A relativa liberdade de Parsons, que se propôs a ordenar teoricamente o conjunto do desenvolvimento ocidental por meio de um esquema abstrato diferenciação-inclusão, tem a sua contrapartida num chão histórico específico – a sociedade norteamericana – que radicalizou a revolução burguesa a ponto de ofuscar até mesmo a importância de suas próprias contingências e especificidades. Ou, noutros termos, como se fosse possível entender a

<sup>5</sup> Beatriz Sarlo (2007, p. 335) nos remete à seguinte afirmação presente no romance *Hay cenizas en el viento* [1982], de Carlos Dámaso Martínez: “Sarmiento acreditava que [a Argentina] era um enigma que podia ser desvendado. Se tivesse vivido o que vivi, teria escrito outro *Facundo*. Ou não teria escrito nada”.

<sup>6</sup> Tomei de empréstimo a noção de forma difícil discutida por Rodrigo Naves (1996) em sua análise das artes plásticas no Brasil. Que o mesmo problema se apresente em outro campo da produção cultural é revelador de um problema mais amplo, que tem a ver com as dificuldades de ordenação intelectual de experiências históricas periféricas. No argumento de Naves, é possível ver no andamento dos principais artistas brasileiros a passagem de uma “dificuldade de forma” para uma “forma difícil”, isto é, uma forma com pouca potência ordenadora, incapaz de submeter os materiais à vontade violenta do criador. Para Naves, isto seria particularmente visível nas estruturas em ferro de Amílcar de Castro e nas telas em têmpera de Alfredo Volpi, que conseguem estilizar o desgaste do tempo (isto é, uma certa densidade histórica), realizando uma espécie de “construtivismo às avessas”.

dinâmica do mundo diretamente a partir da sociedade norte-americana, *sem mediações históricas* (Steinmetz, 2007b).

Em resumo, ao analisarmos os capítulos brasileiro e argentino da sociologia nos anos de 1960-1970, divisando os resultados criativos de suas respectivas traduções da sociologia dominante de seu tempo – a sociologia norte-americana, aqui metonimizada pela teorização parsoniana –, procuramos demonstrar três pontos principais. O primeiro, que as práticas de importação-exportação da teoria sociológica – como dos demais produtos intelectuais – não geram simplesmente uma maior homogeneização: o termo tradução insiste justamente nos inevitáveis *deslocamentos* impostos continuamente pelos novos pressupostos sociais ao produto importado. O segundo, que as consequências da tradução não se manifestam apenas nos níveis mais imediatos da teorização sociológica, mas atuam também na sua *forma*. O terceiro, tendo em vista as possibilidades de captação de mediações históricas entre *forma* da teoria sociológica e *especificidade* da matéria social, a análise aqui desenvolvida pôde divisar em termos críticos *simultaneamente* a reflexão feita no centro e na periferia. É como se, ao fim e ao cabo, *a partir da periferia* pudéssemos estabelecer uma plataforma de observação da teoria sociológica *como um todo*, sem minimizar nem as desigualdades, nem as variedades existentes no interior do conjunto por ela formado.

## BIBLIOGRAFIA

- ALEXANDER, J. (1984), *Theoretical logic in sociology*. Vol. 4: *The modern reconstruction of classical thought: Talcott Parsons*. London, Routledge & Kegan Paul.
- \_\_\_\_\_. (1987), *Twenty lectures*. Nova York, Columbia University Press.
- ALTAMIRANO, C. (2001), *Peronismo y cultura de izquierda*. Buenos Aires, Temas.
- AMARAL, S. (2009), “Del fascismo al movimiento nacional-popular: el peronismo y el intercambio Germani-Lipset, 1956-1961”. Buenos Aires, Universidad del CEMA, Documento de Trabajo nº 402.
- ARANTES, P. E. (1994), *Um departamento francês de ultramar*. São Paulo, Paz e Terra.
- ARRUDA, M. A. do N. (2001), *Metrópole e cultura: São Paulo no meio século XX*. Bauru, SP, Edusc.
- \_\_\_\_\_. (2009), “Florestan Fernandes: vocação científica e compromisso de vida”, in A. Botelho e L. Schwarcz (orgs.), *Um enigma chamado Brasil*, São Paulo, Cia. das Letras.
- BASTOS, E. R. (1987), “A questão racial e a revolução burguesa”, in M. A. D’Incao (org.), *O saber militante: ensaios sobre Florestan Fernandes*, Rio de Janeiro/São Paulo, Paz e Terra/Editora da Unesp.
- \_\_\_\_\_. (1996), “Octavio Ianni: a questão racial e a questão nacional”, in M. I. L. Faleiros e R. A. Crespo (orgs.), *Humanismo e compromisso: ensaios sobre Octavio Ianni*, São Paulo, Editora da Unesp.
- \_\_\_\_\_. (2002), “Pensamento social da escola sociológica paulista”, in S. Miceli (org.), *O que ler na ciência social brasileira*, São Paulo, Sumaré/Anpocs.
- BEIGEL, F. (dir.). (2010), *Autonomía y dependencia académica*. Buenos Aires, Biblos.
- BENDIX, R. (1967), “Tradition and modernity reconsidered”. *Comparative Studies in Society and History*, 9 (3): 292-346.
- BLANCO, A. (2003), “Política, modernización y desarrollo: una revisión de la recepción de Talcott Parsons en la obra de Gino Germani”. *Estudios Sociológicos de El Colegio de México*, XXI (63): 667-699
- \_\_\_\_\_. (2006), *Razón y modernidad: Gino Germani y la sociología en la Argentina*. Buenos Aires, Siglo XXI.
- \_\_\_\_\_. (2007), “Ciências sociais no cone sul e a gênese de uma elite intelectual (1940-1965). *Tempo Social*, 19 (1): 89-114

- BOTELHO, A. (2012), “Teoria e história na sociologia política brasileira: a crítica de Maria Sylvia de Carvalho Franco”. Trabalho apresentado no 36º Encontro Nacional da Anpocs, Águas de Lindóia.
- BRASIL JR., A. (2010), “O imigrante e seus irmãos”. *Lua Nova*, 81: 175-213
- \_\_\_\_\_. (2011), *Passagens para a teoria sociológica: Florestan Fernandes e Gino Germani*. Tese de doutorado. Rio de Janeiro, PPGSA/IFCS/UFRJ.
- CALHOUN, C. & VANANTWERPEN, J. (2007), “Orthodoxy, heterodoxy, and hierarchy: mainstream sociology and its challengers”, in C. Calhoun (ed.), *Sociology in America: a history*, Chicago, The University of Chicago Press.
- CANDIDO, A. (2000), *Literatura e sociedade*. São Paulo, T. A. Queiroz.
- \_\_\_\_\_. (2006), *Formação da literatura brasileira*. 10 ed. Rio de Janeiro, Ouro sobre Azul.
- COHN, G. (1986), “Padrões e dilemas”, in R. Moraes et al., *Inteligência brasileira*, São Paulo, Brasiliense.
- \_\_\_\_\_. (2001), “A revolução burguesa no Brasil”, in L. D. Mota (org.), *Introdução ao Brasil: um banquete nos trópicos*. 3 ed. São Paulo, Senac.
- CONNELL, R. (2006), “Northern Theory: The political geography of general social theory”. *Theory and Society*, 35 (2): 237-264
- DOMINGUES, J. M. (2001), *A sociologia de Talcott Parsons*. Niterói, Editora da UFF.
- \_\_\_\_\_. (2007), *Aproximações à América Latina: desafios contemporâneos*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- FERNANDES, F. (1967), *Fundamentos empíricos da explicação sociológica*. São Paulo, Cia. Editora Nacional.
- \_\_\_\_\_. (1975), *Sociedade de classes e subdesenvolvimento*. 3 ed. Rio de Janeiro, Zahar Editores.
- \_\_\_\_\_. (1976), *A sociologia numa era de revolução social*. 2 ed. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editores.
- \_\_\_\_\_. (1979), *Mudanças sociais no Brasil*. 3 ed. São Paulo, Difel.
- \_\_\_\_\_. (1981), *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*. 3 ed. Rio de Janeiro, Zahar Editores.
- \_\_\_\_\_. (2006), *A revolução burguesa no Brasil*. São Paulo, Globo.
- \_\_\_\_\_. (2008), *A integração do negro na sociedade de classes*. São Paulo, Globo, vol. 2.
- FRANCO, M. S. C. (1970), *O moderno e suas diferenças*. Tese de Livre Docência, FFLCH/USP, São Paulo.
- GERHARDT, U. (2002), *Talcott Parsons: an intellectual biography*. Cambridge, Cambridge University Press.
- GERMANI, G. (1956), “La integración de las masas a la vida política y el totalitarismo”, *Cursos y Conferencias*, 48 (273): 153-176.
- \_\_\_\_\_. (1962), “Clases populares y democracia representativa en América Latina”. *Desarrollo Económico*, 2 (2): 23-43.
- \_\_\_\_\_. (1963), “La movilidad social en la Argentina”, in R. Bendix e S. Lipset, *La movilidad social en la sociedad industrial*, Buenos Aires, Eudeba (Apéndice II).
- \_\_\_\_\_. (1965), “Hacia una democracia de masas”, in Di Tella et al., *Argentina, sociedad de masas*, Buenos Aires, Eudeba.
- \_\_\_\_\_. (1969), *La sociología de la modernización*. Buenos Aires, Paidós.
- \_\_\_\_\_. (1978), *Authoritarianism, fascism and national populism*. New Jersey, Transaction Books.
- \_\_\_\_\_. (1981), *The sociology of modernization*. New Jersey, Transaction Books.
- \_\_\_\_\_. (2006), *Gino Germani: la renovación intelectual de la sociología* Comp. Alejandro Blanco. Bernal (Quilmes), AR, Universidad Nacional de Quilmes.
- GERMANI, A. A. (2004), *Gino Germani: del antifascismo a la sociología*. Buenos Aires, Taurus.

- GIDDENS, A. (2003), *A constituição da sociedade*. 2 ed. São Paulo, Martins Fontes.
- GILMAN, N. (2003), *The mandarins of the future*. Baltimore/London, The John Hopkins University Press.
- GIUNTA, A. (2001), *Vanguardia, internacionalismo y política: arte argentino en los años sesenta*. Buenos Aires, Paidós.
- HUGUES, H. S. (1975), *The sea change: the migration of social thought, 1930-1965*. Nova York, McGraw-Hill Book Co..
- KOZEL, A. (2007), “En torno a la desilusión argentina”. *Vária História*, 23 (38): 368-385.
- MAIA, J. M. E. (2012), “Reputações à brasileira: o caso de Guerreiro Ramos”. *Sociologia & Antropologia*, 2: 265-291.
- MAIO, M. C. (1997), *A história do Projeto Unesco: estudos raciais e ciências sociais no Brasil*. Tese de doutorado. Rio de Janeiro, IUPERJ.
- MARIOSIA, D. (2003), *Hibridismo e integração nas obras de Florestan Fernandes*. Dissertação de mestrado. Campinas, IFCH/Unicamp.
- MICELI, S. (2012), *Vanguardas em retrocesso*. São Paulo, Cia. das Letras.
- NAVES, R. (1996), *A forma difícil: ensaios sobre arte brasileira*. São Paulo, Ática.
- OFFE, C. (2006), *Autorretrato a distancia*. Buenos Aires, Katz.
- PARSONS, T. (1964a), *The social system*. Nova York, The Free Press.
- \_\_\_\_\_. (1964b), *Essays in sociological theory*. Nova York, The Free Press.
- \_\_\_\_\_. (1964c), “Evolutionary universals in society”. *American Sociological Review*, 29 (3): 339-357
- \_\_\_\_\_. (1967), *Sociological theory and modern society*. Nova York, The Free Press.
- \_\_\_\_\_. (1969), *Politics and social structure*. Nova York, The Free Press.
- \_\_\_\_\_. (1970), *Social structure and personality*. Nova York, The Free Press.
- \_\_\_\_\_. (1971), “Comparative studies and evolutionary change”, in I. Vallier (ed.), *Comparative methods in sociology*, Berkeley, University of California Press.
- \_\_\_\_\_. (1974), *O sistema das sociedades modernas*. São Paulo, Pioneira.
- \_\_\_\_\_. (1977), *Social systems and the evolution of action theory*. Nova York, The Free Press.
- \_\_\_\_\_. (1979), “Letter from Talcott Parsons”. *Sociological Inquiry*, 51 (1): 35-36.
- PARSONS, T. & PLATT, G. M. (1973), *The American university*. Cambridge, MA, Harvard University Press.
- PRIETO, A. (1969), *Estudios de literatura argentina*. Buenos Aires, Galerna.
- RICUPERO, B. (2000), *Caio Prado Jr. e a nacionalização do marxismo*. São Paulo, Editora 34.
- RODRÍGUEZ, C. A. (2009), “Germani y el estructural-funcionalismo, evolucionismo y fe en la razón: aspectos de la involución irracional”. *Universum*, 24 (1): 12-20.
- SARLO, B. (2007), *Escritos sobre literatura argentina*. Buenos Aires, Siglo XXI.
- SARLO, B. & ALTAMIRANO, C. (2007), *La batalla de las ideas*. Buenos Aires, Emecé.
- SCHWARZ, R. (2000), *Um mestre na periferia do capitalismo*. São Paulo, Editora 34.
- SILVA, M. A. M. (2012), “Fazer história, fazer sentido: Associação Cultural do Negro (1954-1964)”. *Lua Nova*, 85: 227-273.
- STEINMETZ, George. (2007a), “American sociology before and after World War II: the (temporary) settling of a disciplinary field”, in C. Calhoun (org.), *Sociology in America: a history*, Chicago, The University of Chicago Press.
- \_\_\_\_\_. (2007b), “The relations between sociology and history in the United States: the current state of affairs”. *Journal of Historical Sociology*, 20 (1-2): 1-12
- TERÁN, O. (1993), *Nuestros años sesentas*. Buenos Aires, El Cielo por Asalto.
- TRINDADE, H. (org.). (2007), *As ciências sociais na América Latina em perspectiva comparada (1930-2005)*. 2 ed. Porto Alegre, Editora da UFRGS.

WEARNE, B. C. (2009), *The theory and scholarship of Talcott Parsons to 1951*. Cambridge, Cambridge University Press.